

**AUTORITARISMO, NEOFASCISMO, A CULTURA E AS ARTES: FAZER  
TEATRO NAS DEMOCRACIAS EM CRISE**

**AUTHORITARIANISM, NEO-FASCISM, CULTURE, AND ARTS: DOING  
THEATER IN DEMOCRACIES IN CRISIS**

**AUTORITARISMO, NEOFASCISMO, LA CULTURA Y LAS ARTES: HACER  
TEATRO EN LAS DEMOCRACIAS EN CRISIS**

*Michelle Silva*<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Resumo:** O presente artigo aborda a relação entre autoritarismo, neofascismo e o papel das artes no atual contexto brasileiro, em especial, no comportamento do setor teatral, nesse cenário de enfrentamento em que artistas são atacados pela ala ideológica do Governo Bolsonaro e por grupos da ultradireita. Para tanto, apresenta o atual cenário a partir da análise de escritores que refletem sobre a conjuntura no país, bem como de autores de períodos anteriores que propõem a analisar a relação do fascismo com o autoritarismo. Por fim, aponta para reflexões sobre a relevância da atuação de artistas para o enfrentamento ao quadro ultraconservador que nos atinge, a fim de que o neofascismo não se consolide na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** autoritarismo; neofascismo; teatro político.

**Abstract:** This article address the relationship between authoritarianism, neo-fascism, and the role of arts in the current Brazilian context, especially in the theater sector, in a confrontational scenario where artists are attacked by the ideological wing of the Bolsonaro government and by far-right groups. To this end, exposes the current scenario based on the analysis of writers who reflect on the situation of the country, as well as authors from previous periods who make the relationship between fascism and authoritarianism. Finally, it reflects on the relevance of the performance of artists to face the ultraconservative scenario that affects us all, so that neofascism does not consolidate in society.

**Key words:** authoritarianism; neo-fascism; political theatre.

**Resumen:** El presente artículo aborda la relación entre autoritarismo, neofascismo y el papel de las artes en el actual contexto brasileño, en especial, en el comportamiento del sector teatral, en un escenario de enfrentamiento en el que los artistas son atacados por el ala ideológica del gobierno Bolsonaro y por grupos de ultraderecha. Para ello, expone el escenario actual a partir del análisis de escritores que reflexionan sobre la coyuntura del país, así como autores de periodos anteriores que hacen la relación entre fascismo y autoritarismo. Finalmente, reflexiona sobre la relevancia de la actuación de los artistas

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: floresdejorge@gmail.com.

para enfrentar el escenario ultraconservador que nos afecta, para que el neofascismo no se consolide en la sociedad.

**Palabras clave:** autoritarismo; neofascismo; teatro político.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o posicionamento militante dos artistas e trabalhadores das artes e da cultura frente ao atual contexto *neofascista* no Brasil. Além disso, relaciona também a questão do autoritarismo, tão característico nos governos de muitos países latino-americanos e que tem relação intrínseca com uma herança legada das ditaduras militares. Logo, visa abordar o conceito de *neofascismo*, termo tão em voga no atual contexto brasileiro, relacionando-o com os estados autoritários e estados de exceção.

Com o período da redemocratização no Brasil, em 1985, diversos autores defendem que a democracia no país não se consolidou efetivamente e que os resquícios da ditadura se enraizaram em nosso regime democrático.

Partindo dessa lógica, de uma democracia que ainda não caminha “com as próprias pernas” e segue amparada no autoritarismo; não estranha que, ainda hoje, tais situações sejam vistas e referendadas no campo político, especialmente nas questões que perpassam o Executivo no Brasil e que incide, de forma negativa, nas medidas arbitrárias tomada pelos governos. Estes, por sua vez, agem especialmente por meio de decretos, de forma a limitar o acesso da maioria da população aos seus direitos.

Com a autodenominação de Nacionalismo Responsável (isto é, sem movimentos sociais e políticos), Pragmático (isto é, baseado no modelo econômico do endividamento externo e do tripé Estado-multinacionais-indústrias nacionais) e Moderno (isto é, tecnocrático), instala-se no Brasil, desde meados dos anos 60, um poder centralizado pelo Executivo, apoiado em leis de exceção (Atos Institucionais e Atos Complementares) e na militarização da vida cotidiana, inicialmente com o nome de “guerra permanente ao inimigo interno” e, ao término das ações subversivas e de guerrilha, com a transferência do aparato militar-repressivo para o tratamento comum da população, em especial, trabalhadores do campo e da cidade (particularmente sindicalistas de oposição), desempregados, negros, menores infratores, presos comuns e delinquentes em geral (aí incluídos travestis e prostitutas). [...] Esse horror à realidade das contradições se expressa no modo como a classe dominante brasileira elabora as situações de crise. Essa crise nunca é entendida como resultado de contradições latentes que se tornam

manifestas pelo processo histórico e que precisam ser trabalhadas social e politicamente. A crise é sempre convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando a ordem social e política. Caos. Perigo. [...] Como se observa, o autoritarismo político se organiza no interior da sociedade e através da ideologia; não é exceção, nem é mero regime governamental, mas a regra e expressão das relações sociais. (CHAUI, 1986, p.48-61).

O que a filósofa Marilena Chauí traz de especialmente significativo na citação acima é o modo como o governo endossa as medidas autoritárias com a aparência de legalidade, para seguir, com o que podemos chamar de “Terrorismo de Estado”, especialmente contra grupos sociais como negros, LGBTIQ+, mulheres, indígenas, quilombolas e demais coletivos que visam denunciar tais ações que seguem em “descompasso” com a real democracia.

Além disso, a autora nos aponta como as elites dominantes pactuam com esse modo de atuação do Estado, de forma a resguardar seus privilégios seculares, sedimentando, dessa forma, o modelo autoritário de se exercer a democracia.

Logo, os ‘freios e contrapesos’ que deveriam funcionar de forma equilibrada entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não se efetivam nesses cenários. Há, como pondera Florestan Fernandes (2015), um nível questionável de centralização dos processos de tomada de decisão junto ao Executivo. Tal situação se agrava, por exemplo, quando se vê, em situações recentes e corriqueiras no Brasil, a ala ideológica do governo Jair Bolsonaro e seus apoiadores pregando o retorno à ditadura e o fechamento do Congresso Nacional:

O nível extremo de centralização dos processos de tomada de decisão, a preponderância fatal do Executivo e a vigência na prática de uma ‘ditadura legal’ (ou legitimada apenas pela minoria que compõe a sociedade civil), alimentam uma enorme facilidade de usar o aparato normal da democracia burguesa como se ele fosse um Estado de exceção ou de passar-se rapidamente, através de ‘leis de emergência’, para o estado de sítio, a ditadura redentora e o Estado de exceção caracterizado como tal. (FERNANDES, 2015, p.9)

Nesse sentido, é importante percebermos que o autoritarismo sempre esteve presente nas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, bem como em muitos países latino-americanos, em contextos diversos. Desta forma, podemos dizer que a democracia vigente ainda carrega, na sua práxis, o autoritarismo como cerne:

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades europeias e norte-americanas, não parecem alcançar a realidade social brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma de tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes). [...] O que é uma sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica de classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras). (CHAUI, 1986, p.47-54).

O que nos aporta a citação acima de Marilena Chauí contribui para apresentar evidências cotidianas desta sociedade autoritária: disseminação de discursos de ódio contra mulheres, gays, trans, negros; a criminalização dos movimentos sociais, o antagonismo representado pela cultura, pela educação e, especialmente, pela universidade pública, todos esses vistos como setores e instituições inimigas do Governo e, por fim, a forma de tutela e de favor conduzida por muitos dirigentes políticos na esfera das políticas públicas além dos privilégios que as elites dominantes querem assegurar, a qualquer preço, são traços reais de um autoritarismo perene na sociedade brasileira.

Assim como ocorre no Brasil, outros países latino-americanos também se enquadram nessa descrição, possuindo tais características em suas instituições e na forma de conduzir as suas políticas.

A burguesia dependente, depois dos sonhos de guiar os Povos da América Latina pelos caminhos da ‘grande revolução’, contentava-se em ser agente de uma odienta e cruel ditadura de classes sem máscara. Na situação histórica apontada, a base material do Estado converte-o em um Estado burguês (contudo, ele não pode ser um Estado democrático burguês). Na realidade, trata-se de um Estado capitalista autocrático, ao qual cabe a qualificação específica de Estado autocrático burguês. Nascido no contexto de uma contrarrevolução política, para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça,

pelo menos em certo período de tempo deve funcionar como o instrumento político de uma ditadura de classe aberta. [...]Portanto, o governo possui uma quantidade ampla de poder ‘absoluto’ e ‘arbitrário’, que, em sentido específico, nem sempre é um poder excepcional ou de emergência. O poder central não é difuso e distribuído pelos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ele também não se personaliza no presidente. No fundo, o poder central é desempenhado por um executivo invisível (de composição militar, civil e militar, ou civil com suporte militar) no Brasil chamado ‘Sistema’. As aparências do regime democrático são mantidas. (FERNANDES, 2019, p.86-87).

Seguindo a linha de pensamento de Florestan Fernandes, podemos fazer a correlação das nossas democracias sul-americanas que seguem “permeadas” de resquícios autoritários dos regimes ditatoriais. Além disso, ele aponta que esse Estado autocrático, “disfarçado” de democracia, possui três faces, a saber: a democrática, a autoritária e, por fim, a fascista. Sobre essa última, Fernandes (2015, p.89) aponta que é uma face implantada dentro do próprio Estado, cuja função é “a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular”.

Portanto, é importante compreender, de forma mais ampla, o conceito de *fascismo*. Umberto Eco (2018), na sua obra “*O Fascismo Eterno*”, nos traz importantes considerações do que seria esse fascismo que atravessou, por exemplo, os períodos da ditadura franquista ou de Mussolini. Esse autor, que quando criança se acostumou a idolatrar o *duce*, menciona em seu referido texto que:

Contudo, embora os regimes políticos possam ser ‘derrubados’, e as ideologias, criticadas e destituídas de sua legitimidade, por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de paixões insondáveis. [...] Ao contrário do que se pensa comumente, o fascismo italiano não tinha uma filosofia própria. [...] Mussolini não tinha qualquer filosofia: tinha apenas uma retórica. Começou como ateu militante, para em seguida assinar a concordata com a Igreja e confraternizar com os bispos que benziavam os galhardetes fascistas. [...] Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu e que, em seguida, todos os movimentos análogos encontraram uma espécie de arquétipo comum no regime de Mussolini. (ECO, 2018, p.23-29)

É interessante perceber como Umberto Eco caracteriza o fascismo como a primeira ditadura de direita na Europa e, além disso, aponta para uma filosofia incipiente,

uma retórica esvaziada de conteúdo, similar ao grupo ideológico bolsonarista, que se utiliza de um revisionismo histórico para a perversão de fatos concretos bem como para vilipendiar os movimentos sociais e seus militantes.

## 2. NEOFASCISMO E ASCENSÃO DAS DIREITAS

Nesse cenário, os grupos ultraconservadores e políticos simpáticos a essa ala ideológica utilizaram-se em 2018 desse aparato autoritário e *neofascista* nas últimas eleições presidenciais no Brasil para culpabilizar um único partido por todos os problemas decorrentes do cenário político: o Partido dos Trabalhadores (PT). Para esses detratores, as adversidades que acometem o país devem-se unicamente à ingerência do PT e não são decorrentes do agravamento das condições do próprio sistema capitalista:

[...] Então, um dos elementos que mantém esses grupos unidos é justamente o ódio ao que está por fora e o aspecto de se curvar ao que está em cima e chutar o que está embaixo. Um tipo de reforço à estrutura de classes. [...] O polo atrativo desses grupos é o sofrimento partilhado e a aplicação errônea da culpa dos males do capitalismo em um determinado partido. É claro que os partidos de direita não vão dizer que o mal está, na realidade, na própria configuração do sistema econômico. Isso implicaria em perder todos os seus privilégios e, para que isso aconteça, é necessário justificar de onde vem determinada pobreza. Logo, surge o bode expiatório, que distrai e tira a atenção do povo do especial problema. [...] Não faz muita diferença quem é o escolhido para o foco do ódio. Na Segunda Guerra Mundial foi a revanche do Tratado de Versalhes. No Brasil, é o critério da posição política. O PT é interpretado como ‘comunista’ e toda a esquerda brasileira é reduzida a esse partido. Em primeiro lugar, o PT é reformista. E em segundo lugar, a esquerda tem muitas nuances e diferentes partidos com os posicionamentos os mais variados possíveis. (MENDES, 2018, p.55)

Por esse prisma, ousamos dizer que houve um “emparelhamento” das direitas no Brasil a fim de que o projeto ultraconservador e reacionário se concretizasse. Nesse ponto, nos aporta Casimiro uma distinção sobre os diferentes segmentos da direita e da necessidade de reorganização imediata das esquerdas no Brasil:

[...] É digno de nota que a direita ou ‘as direitas’ -, seja aqui ou em qualquer lugar; não pode ser compreendida como um bloco

homogêneo, devendo ser analisada a partir de seus distintos segmentos, que compreendem conflitos interburgueses, mas que também se alinham de forma mais ou menos integrada diante de condições históricas concretas. É bastante evidente que o atual alinhamento das mais distintas frações das direitas brasileiras em torno de um programa altamente reacionário como apresentado desde a campanha e confirmado, no primeiro semestre de governo de Jair Bolsonaro – apresenta muito mais sentido em seu caráter de alternativa pragmática e viável antipetista (e que obviamente não se resume a isso) do que propriamente, como alinhamento pautado em concepções mais profundas de ordem teórico política. [...] Como vimos, tais alinhamentos das direitas se constroem e/ou se modificam a partir de relações internas do conjunto das formas organizativas da burguesia, num movimento que condiciona e é condicionado pelas lutas de classe. Não é uma luta de classe de uma via só. Se a direita organiza seus aparatos e suas estratégias de construção/atualização da hegemonia, a esquerda e os movimentos progressistas também possuem suas instâncias de luta e resistência contra-hegemônica. [...] Por outro lado, o atual cenário de ascensão da extrema direita no Brasil é completamente diferente e hostil aos segmentos contra-hegemônicos não restam dúvidas de que essa nova conjuntura de tensão, promovida tanto pelo discurso de ódio como pelo programa de expropriações sociais em marcha carrega em suas entranhas os elementos e o chão histórico para o acirramento das lutas de classes e para a reinvenção das esquerdas progressistas no Brasil. (CASIMIRO, 2020, p.134-159)

É interessante perceber, portanto, como o fenômeno da ascensão das direitas com o seu discurso apartidário e o combate à corrupção foram ganhando força no país, consolidando, por fim, com o apoio desta ala ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

[...] Por essa razão, pensamos que é sim possível o reaparecimento do fascismo no século XXI. E, também, que não devemos descartar a hipótese de o Governo Bolsonaro vir a implantar um regime fascista no Brasil. [...] Ao falar em Estado fascista fazemos referência, em primeiro lugar, à forma de Estado e não às classes específicas que participam do bloco no poder. Dentro de uma mesma forma de Estado – seja a democracia, a ditadura militar ou a ditadura fascista – são possíveis diferentes blocos no poder. [...] Isso significa que, teoricamente, é possível contemplar a hipótese de que um eventual Estado fascista no Brasil poderia servir ao capital internacional, e não à burguesia nacional como sucedeu no fascismo clássico, e, para tanto, aplicar uma política neoliberal e neocolonial. Fascismo, neoliberalismo e neocolonialismo não são excludentes. [...] Do antipetismo de 2015 ao neofascismo de 2019 o caminho não é tão tortuoso. O capital internacional e segmentos da grande burguesia brasileira confiscaram esse movimento de classe média, para no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos na disputa da hegemonia com a

China. [...] O que eu defendi foi que embora não tenhamos um regime de ditadura fascista no Brasil, mas sim uma democracia burguesa deteriorada e em crise, temos sim um movimento neofascista ativo e um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento. (BOITO JR, 2019, p.64-68)

Conforme nos apresenta na citação acima do professor Armando Boito Jr; falar, portanto, sobre um cenário *neofascista* na conjuntura brasileira atual não seria um equívoco. Tal argumento reforça, assim, o posicionamento no presente artigo, de um movimento *neofascista* crescente no Brasil. Embora não possamos dizer, como ele mesmo argumenta, que estamos em um Estado *neofascista*, mas sim, em uma democracia burguesa marcadamente deteriorada; tal ameaça “paira” diariamente na atual conjuntura brasileira.

No que se refere ao termo *neofascista*, que aqui abordamos junto com o conceito de autoritarismo e, por vezes, ao de Estado de Exceção; é importante reportar à obra de Konder (2009), “*Introdução ao Fascismo*”, que traz aspectos significativos da compreensão do fascismo na conjuntura atual. Sua obra é relevante e aporta importantes contribuições, uma vez que ele pontua, como podemos utilizar, de forma errônea, o termo fascista:

Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo. [...] O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital, é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’ guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas formais de tipo manipulatório. [...] O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas) e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009, p.25-53)

Nesse sentido, podemos dizer que estamos caminhando, cada vez mais, para um governo com muitas características *neofascistas*, que extrapola apenas um movimento reacionário, como evidencia Konder na passagem acima.

A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contrarrevolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) – tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que parece ter espírito num mundo sem espírito. O fascismo é assim, de um certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio amargo, necessário e... o único que nos sobra. (MORAES, 1998, p.125)

É curioso perceber na ponderação de Moraes, que data há mais de vinte anos, como ela parece ser uma fiel descrição do que ocorreu no país desde 2016 com o golpe contra a Presidenta Dilma Roussef até a eleição de Jair Bolsonaro. É interessante verificar que o discurso de candidatos como o do atual presidente, de combate à corrupção e de ruptura com a velha política (o que não se consolida, de forma alguma, na *práxis* do governo), surtiu efeito positivo em uma grande parcela da população, contribuindo para alavancar a sua candidatura e, por fim, levá-lo ao poder.

Assim, o que se percebe na conjuntura latino-americana, especialmente nos países da América do Sul é que, de fato, as nossas democracias são democracias frágeis, implementadas com desvios e ditadas pelas elites do poder. Não conseguimos, de fato, efetivar uma democracia plena. Tudo isso corroborou para criar um cenário de democracias em crise, com um viés fortemente autoritário:

A interpretação da realidade política brasileira transmitida por essa memória possui duas características principais: por um lado, visualiza as modificações ocorridas no país privilegiando as ações do Estado e dando pouco ou quase nenhum relevo aos movimentos sociais e populares que contribuíram para elas (o que é paradoxal, para quem fala em democratização); por outro lado, define o autoritarismo não só como ‘ruptura’ ou ‘exceção’, mas sobretudo e apenas como um regime político, ou melhor, como uma forma de governo, deixando na sombra o fundamental, isto é, que a sociedade brasileira, enquanto sociedade, é autoritária. Aliás, a memória que privilegia as ações vindas do Alto e

minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular é, ela própria, uma memória autoritária. (CHAUI, 1986, p.51)

Marilena Chauí reitera com essa afirmação que não apenas o Estado, mas a sociedade como um todo também é autoritária e, no caso brasileiro, permeado pelas ditaduras do Estado Novo e pelo Golpe de 1964, que contribuíram para a permanência do caráter autoritário até os dias atuais.

### 3. CULTURA, ARTE E RESISTÊNCIA

Novamente reportarmos a Umberto Eco para validar como o discurso dos fascistas tem como alvo principal a cultura, a educação e seus agentes e coletivos. Logo, todas as formas de conhecimento que pretendem garantir a emancipação das pessoas são atacadas de forma veemente e violenta pelos fascistas e, também, pelos *neofascistas* brasileiros:

Da declaração atribuída a Goebbels ('Quando ouço falar em cultura pego logo a pistola'), ao uso frequente de expressões como 'porcos intelectuais', 'cabeças ocas', 'esnobes radicais', 'As universidades são um ninho de comunistas', a suspeita em relação ao mundo intelectual sempre foi um sintoma de Ur-Fascismo. Os intelectuais fascistas oficiais estavam empenhados principalmente em acusar a cultura moderna e a inteligência liberal de abandono dos valores tradicionais. (ECO, 2018, p.49)

Nesse trecho, fica evidenciado o menosprezo dos fascistas, tanto pela cultura quanto pelos intelectuais, somado ao desprezo que eles manifestam pelas universidades públicas. Além disso, tornou-se um xingamento a palavra "comunista", como se vê atualmente seu emprego por muitas pessoas e grupos, sem que eles tenham qualquer real compreensão sobre o que vem a ser o comunismo de fato.

A partir da perspectiva até aqui apresentada, voltamos para um teatro que se pretende fazer presente e alinhado junto às pautas sociais. Certamente, os profissionais e agentes do teatro também são submetidos às pressões desse autoritarismo, o que pode se dar por vias diversas: seja sob a forma de censura, seja pela desvalorização do trabalho destes coletivos artísticos, não concedendo-lhes, por exemplo, subsídios governamentais ou, ainda, impedindo diretamente ou indiretamente que tais coletivos atuem na perspectiva socializadora e política da arte:

No âmbito nacional e latino-americano o cenário foi agravado com a queda de governos de centro-esquerda, e com a retomada de governos conservadores pautados pela concepção neoliberal do Estado mínimo. No Brasil o impeachment da presidenta Dilma Rousseff inaugura nova modalidade de golpe político há cinquenta e cinco anos do golpe militar-empresarial de 1964: o golpe parlamentar-midiático-jurídico-empresarial. O oligopólio dos meios de comunicação de massa foi decisivo para a insuflação do clima de ódio e intolerância disseminado no país contra as políticas sociais e contra a corrupção. Diante dessa conjuntura regressiva, marcada pelo primeiro golpe de Estado do século XXI desfechado no Brasil, trabalhadores do teatro, do audiovisual e militantes de movimentos sociais de massa do campo e da cidade se viram confrontados: que fazer diante da conjuntura de retrocessos marcada pelas reformas neoliberais e autoritárias de governos como os de Temer no Brasil e Macri na Argentina. (BÔAS; PINTO; ROSA, 2019, p. 5).

A citação acima retrata o ocorrido nos contextos de muitos países latino-americanos, como Brasil e Argentina e da participação da mídia e do empresariado em “insuflar” o processo do golpe de Estado. Isso contribuiu para um posicionamento mais assertivo dos artistas, intelectuais e lideranças sociais.

Desta forma, nesse cenário latente de perda de direitos dos mais diferentes grupos sociais, atrelado às atitudes institucionais de censura, todas essas questões potencializaram o novo engajamento dos artistas frente ao contexto político.

A direita brasileira passa a disputar no campo da narrativa histórica, como forma de justificação de suas pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente o tema de maior repercussão, como não poderia ser diferente em se tratando dos interesses dessa direita reacionária, é o revisionismo histórico em torno da ditadura cívico-militar. [...] Em que o verdadeiro problema do regime militar teria sido não ter travado devidamente a ‘luta cultural’, o que teria permitido a reorganização dos segmentos da esquerda com o processo de redemocratização. [...] O quadro da ocidentalização da sociedade civil brasileira e a consequente ampliação dos aparatos de ação política e ideológica da direita no Brasil merece uma análise aprofundada. Essas organizações se configuram como espaços fundamentais para a produção de consenso. Sua intensa articulação e a replicação de conteúdos e estratégias funcionam como mecanismo de naturalização e produção das verdades socialmente aceitas. Além disso, as articulações internacionais demonstram sua inserção em um projeto neoliberal sintonizado com as determinações do capitalismo mundializado. Dessa forma, a atualização da dominação de classe envolve uma relação dialética entre os mecanismos de reconfiguração do papel do Estado,

assim como a expansão e internacionalização da burguesia. (CASIMIRO, 2020, p.77-82)

O trecho acima expõe vários dados que são significativos no que concerne ao comportamento e às estratégias das direitas no Brasil. O primeiro ponto diz respeito ao revisionismo histórico, que poderíamos chamar também de *negacionismo histórico*, uma vez que membros dessa ala ideológica defendem o fechamento do Congresso Nacional, o retorno dos militares ao poder e conclamam o retorno ao AI-5. Trata-se, assim, de uma forma de negar todas as atrocidades, censuras, torturas, assassinatos e os vários desaparecimentos que ocorreram no transcurso da ditadura militar. Além disso, é uma forma de silenciamento de um período histórico de violação de direitos sem precedentes, que não pode mais se repetir na história de qualquer sociedade.

Para esse grupo de pessoas vinculadas à ala ideológica do governo; a ditadura militar, longe de ter sido um período marcado por violência e violações de direitos, foi um período feliz, de progresso de moralização para o país. Trata-se, portanto, da negação de um processo que foi brutal para a sociedade brasileira, que nega o direito à memória a vários desaparecidos e assassinados na ditadura.

Assim, precisamos voltar a Eco (2018, p.58) quando ele nos diz que: “Cada vez que um político põe em dúvida a legitimidade do Parlamento por não representar mais a ‘voz do povo’, pode-se sentir o cheiro do *Ur-Fascismo*”.

O que mais presenciamos na atual conjuntura brasileira foi o próprio Chefe de Estado comparecer em apoio às manifestações a favor do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), além do fato de que alguns parlamentares federais serem suspeitos de financiarem esses movimentos contra a democracia.

Além disso, Casimiro (2020) também apresenta a relação intrínseca da ultradireita brasileira com o avanço das demais direitas no mundo, sempre afinadas com o avanço do capitalismo.

Desta forma, torna-se premente adotar novas posturas frente ao cenário social vigente e potencializar os comportamentos de enfrentamento às medidas arbitrárias do governo e do próprio mercado:

Artistas e intelectuais, pequeno-burgueses por sua condição social e econômica precisam encarar seus desafios se realmente quiserem enfrentar todas as manifestações do fetichismo e combater a alienação

em que eles próprios vivem. Começando por adotar uma postura com largueza de visão, e se entenderem como parte do proletariado (todos os que só tem sua força de trabalho ou seus produtos, frutos de seu próprio suor, cérebro e músculos, para vender num mercado que se estreita cada vez mais). Precisam abandonar as fórmulas estereotipadas da desconversa no exame de questões concretas; entender a conjuntura econômica e usar a razão crítica para vencer seus preconceitos e pretensões de privilegiados (em relação aos que sofrem os horrores do trabalho assalariado). Em alguns casos tais pretensões são inconscientes, mas na maioria deles são assumidas. [...] Mas, como já disse Marx, as revoluções são a locomotiva da história; são a festa dos oprimidos e dos explorados. E Brecht avisava que a arte e a cultura não se salvam sozinhas. Seu destino depende da reconstrução da sociedade em novas bases. Nesse contexto, a tarefa dos artistas que se consideram herdeiros da luta que se iniciou com o teatro naturalista, pelo direito da classe proletária de ver seus assuntos e problemas alçados à condição de objeto da representação artística, é a de ampliar ao máximo o campo e o conteúdo da luta de classes. E a dos intelectuais que se consideram parte dessa luta é travá-la no plano das ideias sobre arte e revolução (COSTA, 2012, p.52-54)

A afirmação da professora aposentada da Universidade de São Paulo (USP) e colaboradora do Movimento Sem Terra (MST) Iná Camargo Costa, nos dá a ideia do papel e da função social do teatro, que, como ela pontua, assim como as demais artes, não farão, de forma isolada, o processo de mudanças. Porém, os agentes culturais, junto com os movimentos sociais, poderão alavancar o processo da luta de classes.

Nesse sentido, podemos dizer que, desde as décadas de 1960 e 1970 não se via no país um engajamento crescente do setor artístico na pauta político-social. A conjuntura alarmante de violação de direitos e de retrocessos, somado ao cenário de indignação de vários atores sociais impacta, sobremaneira, a produção artística e teatral, que, devido à sua natureza coletiva, vêm se somar à pauta das reivindicações sociais.

[...] A exclusão no campo simbólico ameaça direitos humanos, direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. É uma ameaça que vai até os sistemas políticos. O que está em jogo, na verdade, é todo o sistema representativo. As formas de regime democrático estão gravemente ameaçadas devido a essa erosão simbólica dos direitos. (OLIVEIRA in CARVALHO, 2009a, p.24)

O que é mais significativo na assertiva do sociólogo, ensaísta e professor aposentado da USP Francisco de Oliveira, é que tal reflexão corresponde ao período da ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990.

Entretanto, é evidente como tal pensamento pode ser relacionado ao quadro de retrocesso violento de direitos que ora enfrentamos e que é característico deste processo neoliberal desencadeado desde a década de 1990 no país.

Reiteramos que, no cenário atual do país, os artistas e outros segmentos mais progressistas são os alvos preferenciais das represálias do Estado, uma vez que são setores que demonstram o seu descontentamento explícito com essa política.

Os artistas e intelectuais têm uma situação delicada e complexa em sua relação com a sociedade capitalista, seu Estado e seu mercado. Eles têm uma função social específica, que é a de elaborar representações ou interpretações capazes de enriquecer a autoconsciência da humanidade em cada época, em cada país, possibilitando aos homens reconhecerem melhor, sensível ou intelectualmente, a sua própria realidade. Mas as condições de vida e de trabalho não lhes facilitam o exercício da função que lhes cabe. Salvo algumas exceções, nem sempre significativas, os intelectuais e os artistas não são os beneficiários diretos, em escala apreciável, das vantagens econômicas decorrentes da propriedade capitalista; por isso, não se inclinam necessariamente pela defesa do regime. Muitas vezes, são assalariados e essa condição os aproxima da classe operária, mas não se acham unidos pela consciência de terem uma missão histórica comum. E as classes dominantes se encarregam de aprofundar-lhes as contradições internas, através das pressões econômicas, das intrigas e das lisonjas. (KONDER, 2009, p.77)

No que concerne à afirmação de Konder, embora estejamos de acordo com o caminho que aproxima trabalhadores da cultura dos trabalhadores em geral; é importante sublinhar a autopercepção das lutas dos artistas e trabalhadores da cultura nos últimos anos: a maior parte do segmento reconhece também a sua condição precária, instável no mercado cultural, em um país que não valoriza a cultura e um Estado que não contribui para efetivar as políticas culturais.

Por isso, percebe-se como muitos atores da cultura se aproximam dos movimentos sociais, para, com eles, compreenderem e aprimorarem a sua atuação militante, o engajamento político e como se pode efetivar a sua contribuição no processo da luta de classes.

A cultura é apontada por Gramsci como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais. [...] Entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação

política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra-hegemonia. (SIMIONATTO, 2009, p.41-49)

Assim, a perspectiva gramsciana analisada por Simionatto aborda a “mola propulsora” da cultura na construção dos processos de luta contra a hegemonia da cultura dominante.

Por fim, é importante mencionar um interessante estudo realizado pela pesquisadora Suzana Campos de Albuquerque Mello, em 2009, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que faz um paralelo significativo entre a peça “*A Exceção e a Regra*” de Bertold Brecht e o Estado de Exceção.

A dissertação de mestrado intitulada “*A exceção e a regra de Bertold Brecht ou a exceção como regra – uma leitura*” (MELLO, 2009), aborda a peça escrita pelo dramaturgo e encenador alemão entre 1929 e 1930. A obra brechtiana trata do julgamento de um comerciante rico que, durante uma viagem de negócios pelo deserto, matou o homem que lhe servia de carregador e guia. O texto dramático se enquadra na fase das peças didáticas de Brecht e, como toda a sua dramaturgia vista a partir da perspectiva dialética, é preciso ver para além do que é nos apresentado na ‘superfície’.

Mello (2009) faz uma análise interessante sobre a visão do Estado de Exceção, amparada no texto teatral e, também, nos estudos do jurista e professor de direito Carl Schmitt, contemporâneo de Brecht, mas que tinha uma postura completamente diversa do dramaturgo e encenador alemão. Brecht sempre lutou contra os horrores do nazismo e Schmitt era um entusiasta do nazismo, sendo, inclusive, uma pessoa próxima do partido de Hitler, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

SCHMITT, em seus estudos, defende e legitima as arbitrariedades cometidas pela República de Weimar: Em *Politisches Theologie* (Teologia Política), Schmitt dá continuidade à discussão sobre as proposições de Rousseau acerca da vontade geral e do soberano. [...] Ele afirma que um poder supremo, ou seja, maior, irresistível que funciona com a segurança do direito natural, não existe na realidade política; o poder não prova nada ao direito. [...] A exceção ocorre quando uma norma jurídica sistemática, em um caso concreto, ou melhor, em extrema necessidade, suspender a si mesma. [...] Ela também requer, de quem decide, um posicionamento que pode e deve, em caso de extrema necessidade e/ou emergência, romper com o acordo, ou seja, romper com a promessa de vinculação dos direitos naturais gerais. [...] Quando o juiz brechtiano estabelece a regra, pautado por uma razão, que determina quem é provido de razão – os

que agem pela violência pelo ‘olho por olho’ – e quem é desprovido de razão, quem não age e quem não reage por meio da violência – a exceção, faço valer da ideia de que, desta forma, o dramaturgo estabelece um diálogo com os racionalistas da República de Weimar, e direciona este diálogo para o jurista Carl Schmitt, que propõe um Estado total pautado no decisionismo, proposição apresentada em sua obra de 1922, *Teologia Política*. (MELLO, 2009, p.112-141)

A citação acima é uma das diversas comparações tecidas pela autora. Partindo do texto brechtiano, ela traz um “espelho” de diversos contextos da América Latina, nos quais uma parcela significativa da população não tem acesso efetivo à justiça. Assim, a autora aponta para a perversidade do sistema judiciário abordado na peça, além de argumentar sobre a construção do jurista alemão, que justifica a violência do Estado autoritário, em contraposição à visão de Brecht. O dramaturgo e encenador alemão apresenta uma nova perspectiva, segundo a qual a justiça é falha para os mais vulneráveis e o “monopólio” da última decisão ou o “voto de Minerva” sempre cabe aos mais poderosos e não ao povo.

Nesse sentido, é interessante perceber como o argumento da peça brechtiana, escrita no período entre as duas grandes guerras, reflete também a época atual, no que concerne à falta de acesso à justiça para a maioria da população, alijada de seus direitos. Este é um dos motivos pelos quais o teatro épico e dialético de Brecht segue como uma das principais referências para os coletivos de teatro político, assim como foi para o brasileiro Augusto Boal, criador do Teatro do Oprimido.

Iná Camargo Costa (2020), em sua obra recém-lançada *“Dialética do Marxismo Cultural”*, nos aporta também importantes contribuições, a fim de pensarmos na relação das artes no processo de enfrentamento ao contexto *neofascista*:

Períodos como o que estamos atravessando, de ascensão do fascismo, nos colocam diante da necessidade de recomeçar tudo de novo. Aqui nos limitaremos ao trabalho da memória na frente cultural com o próprio marxismo como elemento central para nos dar régua e compasso [...] Luta de classes é a principal marca registrada do marxismo, mas é bom não esquecer que sua mais importante determinação é a crítica ao capitalismo, cifrada no subtítulo de *O capital: crítica da Economia Política*. Importa insistir nisso, porque nosso ponto de honra é a luta pelo fim do sistema capitalista, de modo que o inimigo – que defende a continuidade do capitalismo – tem bons motivos para temer os comunistas. Somos inimigos mesmo: nós combatemos as relações de produção capitalista, a verdadeira causa de todas as misérias – econômicas, sociais, políticas e culturais –

atualmente existentes. Sendo assim, podemos e devemos dar razão a eles quando brandem o ‘marxismo cultural’ contra nós, mas precisamos corrigir as suas falácias, falta de percepção e seus erros elementares, decorrentes de medo, ignorância e incapacidade para o pensamento. [...] Para o século XX, podemos adotar Cheikh Anta Diop como símbolo da pesquisa mais relevante: o marxismo cultural se considera herdeiro de todas as conquistas da ciência e assume seu compromisso irrevogável com a verdade – tanto científica quanto a história – porque sabe que mentira tem um papel reacionário. Reafirma assim seu compromisso com a legítima defesa da humanidade. (COSTA, 2020, p.48-58)

A assertiva de Costa é significativa, já que o marxismo cultural, expressão cunhada nos Estados Unidos para vilipendiar a atuação dos grupos artístico-culturais de esquerda, foi apropriado pelos próprios movimentos para justificar sua atuação progressista. Assim, no pensamento dos grupos reacionários que querem romper com qualquer perspectiva de direitos, todo o segmento cultural deveria ser banido do acesso às políticas. Trata-se, nesse sentido, de um trabalho “ao avesso” da transformação social:

[...] O grupo que alça o Governo atualmente teve baixa adesão ao seu projeto da parte dos grupos culturais e artísticos, logo, passa a classificar a área como sob o domínio da oposição esquerda. [...] Enfim, vinha em curso, antes da pandemia do coronavírus, uma espécie de cruzada contra o dito marxismo cultural que, segundo representantes do atual Governo, domina a área artística e cultural e que deveria ser duramente combatida. [...] No caso brasileiro, os outros vírus, sobre os quais referimos no início desse artigo - o da intolerância, do autoritarismo, do obscurantismo, do conservadorismo - também precisam ser combatidos e neutralizados. A arte e a cultura livres e democráticas, que têm o dom de nos manter vivos e sãos, precisarão ser objeto de luta e resistência em um futuro próximo ameaçado pelas sombras e pelo obscurantismo que teimam em nos ameaçar. (CALABRE, 2020, p.10-20)

Logo, o texto da pesquisadora Lia Calabre referenda, assim como dos demais autores e autoras que figuram nesse artigo; a importância da arte e da cultura e de seus coletivos e agentes no processo de retomada democrática.

Nesse cenário, é preciso, portanto, que os coletivos culturais também possam somar às lutas dos movimentos sociais e fazer frente, de forma estratégica e inteligente, à situação que acomete parcela significativa da sociedade.

Aos conhecidos e alarmantes indicadores sociais (analfabetismo, disparidade de renda e riqueza, assassinatos no campo e na cidade,

repetência e abandono escolar, concentração fundiária, falta de acesso a bens culturais, déficit habitacional...), soma-se uma espécie de letargia quando o assunto são mudanças estruturais. Não é nenhum exagero, dado o quadro atual, utilizar o conceito de ‘estado de exceção permanente’ (a partir de Benjamin, Agamben, Chico de Oliveira e Paulo Arantes). Um dos resultados desta exceção permanente – utilizada em períodos de ‘normalidade democrática’ para a administração de populações e a manutenção de privilégios –, é a lição de casa sempre por fazer em matéria de direitos humanos e de reparação dos crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes do Estado. Situação que também não constitui novidade, vista a incompletude crônica que caracteriza nossa sociedade excêntrica (nos dois sentidos do termo), em que a exceção, de fato, parece ser a regra. [...]O teatro atual, especialmente aquele feito em grupo, que busca alternativas ao modo de produção comercial e está em sintonia com outras forças sociais, reivindica – não sem contradições – e em alguma medida já exercita – também com contradições – um certo protagonismo que no passado foi indispensável à vida do país. Protagonismo que criou problemas (inclusive de segurança nacional!) para o regime de exceção. Esse teatro foi censurado e sofreu com a brutalidade do Estado e de grupos de direita e de extrema direita (KINAS, 2013, p.35-37)

Assim, inspirados na postura engajada do teatro produzido durante os golpes militares na América do Sul, não é possível esmorecer no cenário atual quando grupos de extrema direita e governos autoritários assumem explicitamente discursos de ódio, de censura e de permanência da cultura dominante a qualquer preço.

Compreende-se que a efetividade do teatro, no sentido de garantir, apenas pela prática artística, a emancipação das classes é, de fato, reduzida, uma vez que a transformação ocorre fora da cena. Mas, a arte pode ser o espaço para potencializar e formar a reflexão crítica sobre essas lutas junto ao público:

Sabemos que o teatro não pode cumprir uma tarefa que não é dele. A transformação da sociedade depende das pessoas ocuparem as ruas, de confrontos políticos, de processos históricos. No entanto, o teatro pode ser um poderoso símbolo social, pois sua matéria é a ação coletiva. Na época atual, torna-se também um símbolo da dificuldade de organização política e da necessidade de práticas coletivas. É tão difícil juntar gente para um ensaio como para uma célula ativista. É difícil sair de casa para uma experiência que extrai sua utilidade simbólica de sua inutilidade material. Mas os resultados desses encontros podem ser maravilhosos. Não é à toa que o teatro costuma ser um lugar de contágio político, que anuncia transformações históricas. (CARVALHO, 2009b, p. 152-153)

A afirmação de Sérgio de Carvalho, diretor da Companhia do Latão e professor na Escola de Comunicação e Artes da USP, nos aponta talvez para a maior contribuição que o teatro pode dar para a luta de classes: a mobilização, por meio do fazer artístico, bem como promover o estímulo à capacidade crítica das plateias. Desta forma, a participação social é fundamental para que se veja o mundo a partir da perspectiva dialética e, portanto, para se vislumbrar o mundo como transformável, como pontuou Bertold Brecht. É evidente que a transformação social irá acontecer nos espaços públicos e não na sala de ensaio ou no teatro; mas, o teatro pode e deve ser essa “fagulha” que incendeia o processo de emancipação social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões expostas, observa-se que o desmonte de direitos, bem como o não reconhecimento de diversos grupos sociais no cenário brasileiro, não é algo recente. De fato, podemos mencionar que a coalização do governo Lula e, posteriormente, do governo Dilma, com partidos de centro-direita impossibilitou, em certa medida, trazer de forma efetiva as pautas sociais para a agenda pública. Assim, o enfraquecimento da participação social junto ao Poder Público e a sua não inserção, de forma assertiva e decisória nas instâncias de participação social, proporcionou o cenário ideal para que os agentes ultraconservadores entrassem em cena.

A partir de então, na fabulação reacionária, todos os problemas decorrentes da política brasileira estiveram a cargo das esquerdas, capitaneada, especialmente, pelo Partido dos Trabalhadores. As mesmas pessoas que se beneficiaram das políticas sociais do antigo governo Lula agora esbravejam contra o governo petista. Isso foi o “prato cheio” para que as elites instrumentalizassem o ex-presidente Michel Temer para tornar-se a “marionete” do momento, enquanto preparavam o campo para o candidato que seria o porta-voz da onda ultraconservadora e *neofascista*.

Por outro lado, as esquerdas não conseguiram se rearticular nesse processo, de modo que pudessem reagir com rapidez e assertividade. Desta forma, o que se percebe é um processo tímido de retorno às bases e da compreensão, segundo a qual, uma luta que possa fazer frente a esse cenário precisa estar enraizada nos movimentos sociais.

Entretanto, ainda há dificuldades visíveis na construção, por exemplo, de uma frente ampla da esquerda para o enfrentamento ao cenário neofascista. Talvez o melhor exemplo seja a recente candidatura à Prefeitura de São Paulo de Guilherme Boulos e Luiza Erundina nas eleições de 2020. O dissenso entre as próprias esquerdas impediu que outra possibilidade, via o Executivo, fosse consolidada. Mas, outras iniciativas evidentes no Legislativo, como a vitória de mandatos coletivos, mulheres negras, indígenas e trans são vitórias que precisam ser notabilizadas. Em Belo Horizonte, a capital mineira conta com a vitória histórica de uma mulher trans, a professora Duda Salabert, que contou com mais de 37.000 votos para o cargo de vereadora e entra como a candidata mais bem votada na história da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Nesse cenário, onde entram os artistas? Além da atuação que caminha paralelamente com à sua militância, o apoio a candidatos, candidatas e candidades que trazem a perspectiva da mudança e da diversidade é fundamental. Para além disso, outro processo no qual os artistas retomam o seu engajamento e para o qual poderão contribuir, se relaciona, especialmente, com o trabalho de ativação da capacidade de reflexão crítica de grande parcela das pessoas. Isso corresponde a ampliar a adesão nas instâncias de participação social, a fim de que o processo de escuta, de diálogo e de mudança se efetive. Ou seja, para que o tão usado ditado popular “política e futebol não se discutem” caia por terra e possamos entender que política, de fato, se discute e se exerce no dia a dia.

É por essa via que os autores e autoras mencionados no presente artigo, sejam nas análises mais recentes de 2020, sejam naquelas de décadas anteriores, nos apontam caminhos interessantes na condução desse processo histórico. É importante que sejamos cautelosos para que processos violentos e autoritários do passado não se efetivem. O processo de formação e emancipação política dos grupos, para que se dê o real enfrentamento à onda conservadora é lento, longo, contínuo e precisa contar com o diálogo contínuo e efetivo com todos os grupos: movimentos sociais, entidades representativas, associações de classe e, por que não, trabalhadores e trabalhadoras da cultura, artistas, coletivos, grupos artísticos e seus agentes.

## **5. REFERÊNCIAS**

BÔAS, Rafael Litvin Villas, PINTO, Viviane Cristina, ROSA, Simone Menezes. A Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Distrito Federal: formação pela práxis. *Urdimento*, Florianópolis, v.1, n.34, p. 36-47, mar./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019036/9956>. Acesso em 01 jun.2020.

BOITO JR, Armando. *O Neofascismo no Brasil*. 2019. [https://www.researchgate.net/publication/332592911\\_O\\_NEOFASCISMO\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/332592911_O_NEOFASCISMO_NO_BRASIL). Acesso em 23 ago.2020.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. *Extraprensa*, São Paulo, v.13, n.2, p.7-21. jan/jun.2020. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.170903>. Acesso em 17/08/2020.

CARVALHO, Sérgio e colaboradores. *Atuação Crítica-Entrevistas da Vintém e outras conversas*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009a.

CARVALHO, Sérgio e colaboradores (org). *Introdução ao Teatro Dialético experimentos da Cia do Latão*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009b.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência – Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COSTA, Iná Camargo. *Nem uma lágrima: teatro épico em perspectiva dialética*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, Nankim Editorial, 2012.

COSTA, Iná Camargo. *Dialética do Marxismo Cultural*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ECO, Umberto. Tradução de Eliana Aguiar. *O Fascismo Eterno*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Notas sobre o fascismo na América Latina. In Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KINAS, Fernando. Teatro, verdade e poder. *Parte XXI – Revista do Teatro da Universidade de São Paulo*, nº 6, 1º. sem. 2013, p. 29-38.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MELLO, Suzana Campus de Albuquerque. *A exceção e regra de Bertold Brecht ou a exceção como regra- uma leitura*. São Paulo: Teses USP, 2009. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-01122009-125813/pt-br.php>  
Acesso em 24 jul.2020.

MENDES, Marília Silva Martins. *Manifestações do conservadorismo e do fascismo no Brasil contemporâneo: análise de propagandas políticas*. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: doi:10.11606/D.47.2018.tde-13112018-151951. Acesso em 17/08/2020.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofascismo: es lo mismo pero no és igual? São Paulo: *Revista Crítica Marxista*, v.1, n.7, p.121-126, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katál*: Florianópolis, v.12, n.1, p.41-49, jan/jun 2009.

Recebido em 09/12/2020.

Aceito em 22/02/2021.

Publicado em 30/04/2021.